



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

36ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Brasília/DF.

07 de Dezembro de 2016.

(Transcrição ipsis verbis)

Empresa ProiXL Estenotipia

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA

Proposta de moção que recomenda aos comitês de bacias hidrográficas que suspendam as atividades relativas a definição, deliberação ou aplicação de priorização para outorga de direito de uso de recursos hídricos, até que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabeleça diretrizes para o tema, conforme Inciso VIII do Art. 7º, da Lei 9.433 de 97, quanto ao conteúdo mínimo dos planos de recursos hídricos.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Então, daremos início aos trabalhos, eu informo que temos três pedidos de requerimento de urgência para avaliar, e que foram encaminhados previamente. Pergunto se existe mais alguma matéria de urgência a ser proposta. Nenhuma? Não havendo outras solicitações, vamos avaliar a admissibilidade dos pedidos de urgência. Caso aceito, as propostas serão deliberadas após a aprovação da ata. Lembrando que se o requerimento de urgência não for aprovado, o tema será automaticamente incluído na pauta da reunião seguinte.

O terceiro pedido de requerimento de urgência, [proposta de moção que recomenda aos comitês de bacias hidrográficas que suspendam as atividades relativas a definição, deliberação ou aplicação de priorização para outorga de direito de uso de recursos hídricos, até que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabeleça diretrizes para o tema, conforme Inciso VIII do Art. 7º, da Lei 9.433 de 97, quanto ao conteúdo mínimo dos planos de recursos hídricos](#). Convido o representante do Ministério de Minas e Energia, o conselheiro Igor Souza Ribeiro para justificar o requerimento de urgência.

O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME) – Bom dia a todos. Esse requerimento de urgência, ele surge com o tema de prioridade para outorga de direito de uso de recursos hídricos. O Ministério de Minas e Energia entende que esse tema é extremamente nesse momento, porque vem sendo incitado dentro do Comitê de Bacias, propostas independentes de conceituação e aplicação desse tema, que é um ponto de conteúdo mínimo dos planos, tanto nacional, quanto estadual, quanto de bacia, e que deve ter um entendimento uniforme. Então, nós entendemos, em termos de Ministério de Minas e Energia, e trazemos aqui essa proposta para tentar uma convergência nesse sentido, que esse tema tem que ser discutido, e também por isso o próprio Ministério já encaminhou ao CNRH um pedido para que esse tema seja avaliado em termos de Câmaras Técnicas do CNRH, mas não obstante, esse tema também tem que ser avaliado aqui em Plenário do próprio CNRH, como uma proposta de sinalização aos comitês de bacia, que a avaliação desse tema tem que ser cautelosa, não dá para ter um entendimento desassociado do Plano Nacional de Recursos Hídricos, as prioridades para a outorga não pode ser confundidas como prioridade de uso. Então, são uma série de questões que precisam ser levantadas, e a nossa proposta é justamente sinalizar aos comitês de bacia que esse tema está em avaliação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e que suspendam as atividades referentes a priorização para outorga de recursos hídricos, até que o CNRH delibere diretrizes tanto sobre a conceituação em si, quer dizer, nós não podemos confundir prioridade para outorga, um tipo específico de outorga, prioridade sazonal, outorga coletiva, não podemos confundir isso com prioridade de uso, até porque os usos múltiplos tem que ser sempre respeitados em todas as condições. Então, nós gostaríamos do apoio de vocês para aprovar esse requerimento de urgência e sinalizar que esse tema vai constar de avaliação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Em discussão a matéria, os Conselheiros que desejam se manifestar. Conselheira, por gentileza.

A SR^a. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG) – Bom dia a todos. Patrícia Boson, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, FIEMG. Secretário, esse, eu gostaria que as pessoas refletissem sobre o tema. Eu acho que só o fato de um Ministério de Minas e Energia ter vindo aqui, pedido para uma reflexão já coloca o ponto em pauta de uma maneira muito séria. Nós não podemos transformar a gestão de recursos hídricos na luta entre um usuário e outro usuário, toda a política de recursos hídricos, o sistema de recursos hídricos, a forma que a composição dos comitês de bacia foi todos postas para obedecer ao fundamento basilar dessa política, que são os usos múltiplos, o esforço para a gestão de usos múltiplos. Tudo isso foi colocado aqui. Então, nós não podemos transformar comitês de bacias e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos como decisores que um uso é mais importante do que o outro, além do uso prioritário já posto em lei, que é o abastecimento público, a dessedentação humana e animal, e em Minas Gerais, nós temos também a questão do ecossistema. Então, quer dizer, nós não podemos transformar isso aqui em um fórum de guerra entre que um uso é mais importante que aquele e que aquele outro. Se gestão de recursos hídricos fosse hierarquizar uso, eu acho que nem precisava de um sistema, bastávamos nos reunir, hierarquizava os usos para aquela bacia, acabou, não tinha nenhum problema de gestão a ser resolvido, não tinha nenhuma questão de engenharia a ser pensada. Então, quer dizer, o que eu quero que você se sensibilize é que primeiro, não estamos aqui em detrimento de um setor, achamos que os pleitos para irrigação na bacia que gerou toda essa discussão é válido, precisa de ser resolvido, não temos dúvida nenhuma, só que nós consideramos que esse Conselho tem uma função mais nobre, que é a função de articular-se para achar uma solução que não seja o confronto entre usos e usuários, mas que seja da fundamentação da Lei, que é a questão da gestão dos últimos mundos. E lembrando ainda que se formos definir que prioridade para outorga é dizer que um uso é mais importante do que o outro, o próprio uso que hoje está em tela, que é a irrigação poderá sofrer amanhã, basta ter um conjunto de usuários mais organizados em um bacia, que não seja esse, eles se organizam e se suplantam em relação a outro. E mais, acredito que um colegiado que possa decidir que um uso de irrigação é mais importante que o uso da hidrelétrica, ele pode decidir que irrigar arroz é mais importante do que irrigar cana-de-açúcar, que colocar fábrica de papel celulose é mais importante que de refrigerante, e nós não temos vamos ter fim em relação a isso. A Lei é clara, ela diz que é prioridade para outorga, no Art. 13, onde ela diz que é prioridade de uso, conforme definida no plano, e não em uma deliberação, no plano, e ainda diz no seu § único, negando o próprio artigo, de que tem que respeitar o uso múltiplo, desde que seja respeitado o uso múltiplo. Então, nós estamos indo para uma solução de simplificação, eu como engenheira hidróloga, não me sinto nem bem com isso, porque eu estou entregando para uma norma uma solução de engenharia, que é possível, que é capaz, estamos indo para uma solução de confronto entre usos e usuários, estão dizendo que a solução é colocar um na frente do outro e quem berrar mais é quem leva, e não é bem assim. Não é esse o propósito nem do sistema, não é esse o propósito da política, e não é esse o propósito do Comitê de Bacias Hidrográficas. Obrigada.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Obrigado, Conselheira. Eu chamo o conselheiro Ivo para se manifestar, e lembrando que cada Conselheiro se atenha aos três minutos, para que nós possamos cumprir bem toda a nossa pauta.

O SR. IVO MELO (IRGA) – Eu estou até meio decepcionado agora com o que eu escutei da Patrícia, porque nós vimos exatamente porque era descentralização, era poder discutir nas suas bacias, com as suas comunidades, com as suas prerrogativas, com os seus problemas, as comunidades locais discutirem o que é uso prioritário dentro de um

Comitê de Bacia. Eu sou presidente de um Comitê de Bacia, que depois de um plano elaborado colocou o uso prioritário depois dos dois, que são por Lei, a dessedentação humana e animal, colocou que irrigação sim é o uso prioritário, e ninguém questiona, porque é o que todos sabem fazer, é o que todos fazem. Então, nós estamos votando aqui uma Resolução, que não... É uma moção, para pedir para os comitês não deliberarem aquilo que nós fomos convidados pela União, por uma modernidade de uma legislação que descentraliza, a discussão descentraliza todo o processo de acomodação das coisas que nós podemos fazer nas nossas bacias, nas nossas comunidades. Então, eu estou surpreso até de ter que fazer isso aqui, o (...) acabou de chegar, não sei por que chegou tão tarde, porque ele foi o nosso mestre, “ensinador” de tudo isso que nós realmente íamos ter o poder de discutir, conversar, trocar figurinha, brigar, jogar, etc.. Então, depois que decidisse dentro do Comitê de Bacia, o uso prioritário ia ser aquele que foi discutido, claro, depois daqueles que (...). Então, a nossa posição aqui, como irrigante, como presidente do Comitê de Bacia na nossa região, nós somos totalmente contrários a que esse tipo de discussão venha dessa forma, eu entendo algumas coisas que a Patrícia coloca na legislação, mas eu vejo inclusive o modelo que o Brasil se espelhou para estabelecer e constituir a legislação de gestão de recursos hídricos, é baseado na França, já estive várias vezes visitando a França, tem vários tipos de investimento desses, que são grandes e que seria de utilidade pública, de maior interesse, que foram negadas pela comunidade local, exatamente priorizando o uso menos importantes, entre aspas, para quem olha de uma forma centralizada a gestão de um País como o todo.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Agradeço a manifestação do conselheiro IVO, lembrando que o que está se discutindo agora é a admissibilidade da matéria. Ok? Convido o conselheiro Alexandre para fazer uso da palavra.

O SR. ALEXANDRE KEPLER SOARES (CERH-GO) – Bom dia. Eu posso delegar a minha palavra ao conselheiro Bento?

O SR. BENTO GODOY (Presidente do CBH Paranaíba) – Eu sou Presidente de Comitê Hidrográfico do Rio Paranaíba, Comitê ali de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal. Eu gostaria de falar, como presidente de Comitê, então sem defender lado algum, mas só o direito claro e cristalino dos comitês de bacia, foram trazidos alguns artigos aqui pela conselheira Patrícia, que é o Art. 7, que os planos de recursos hídricos são planos de longo prazo, por horizonte, planejamento compatível e etc., terão o conteúdo mínimo a prioridade mínima a outorga do direito de uso de recursos hídricos, e que toda a outorga, já no Art. 13º, estarão condicionadas as prioridades de uso estabelecidos nos planos de recursos hídricos. Claro, considerando a multiplicidade dos usos, o que não quer dizer que todos os usos tenham que caber dentro de uma bacia, até porque as bacias hidrográficas têm realidades muito distintas, eu não vejo ninguém melhor do que os próprios comitês para saberem a realidade em que se encontram em cada bacia, em cada distinção. A do Ivo é diferente da nossa aqui do Paranaíba, Goiás tem suas particularidades, e etc.. Então, eu vejo com muito receio uma moção nesse sentido, não fato de que lado esteja certo ou qualquer coisa nesse sentido, um receio de tolher esse direito dado, estatuído na 9.433 pelos comitês de bacia, que são a base do nosso sistema de gestão, participativo e descentralizado. Eu agradeço.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Obrigado, presidente. Conselheiro Vicente com a palavra.

O SR. VICENTE ANDREU (ANA) – Bom dia a todos. Eu, no mérito, gostaria de me manifestar contrário a alguns dos argumentos que foram aqui apresentados com relação ao setor elétrico quando faz a diferenciação de outorga de uso de uso, de prioridade de

uso, eu não consigo ver essa diferença dessa maneira. Também não concordo com a conselheira Patrícia, quando ela menciona de que não se pode colocar um uso contra o outro, não se trata disso, mas eu penso que a experiência concreta que temos vivenciado nas diversas crises, a ausência de uma definição pelos comitês de bacia de quais são os usos prioritários nas suas bacias transfere para alguém essa responsabilidade depois de definir essas prioridades numa situação de crise, e acaba ficando no âmbito dos órgãos regularizadores, que tomam essa decisão à luz do quê? Então, é fundamental, em minha opinião, que os comitês de bacia definam nos seus planos quais são as prioridades de uso, como isso depois vai se aplicar dependerá, evidentemente, de cada circunstância. Então, eu divirjo dessas duas colocações. Mas, eu entendo que por outro lado nós não temos ainda um amadurecimento para transferir um conceito dessa magnitude para dentro dos planos sem um aprofundamento entre nós. Então, transferir prioridade de uso que não foi aplicado em nenhum caso até o momento e consolidá-lo aonde as interpretações podem ser as mais diferentes possíveis, no meu ponto de vista, pode não trazer um avanço e, aí, sim poder incentivar o conflito entre os usuários no Comitê com um reflexo inclusive do esvaziamento do próprio Comitê, eu dou um exemplo, nós não trabalhamos o que para mim é fundamental, particularmente na bacia da Paranaíba, nós conversamos bastante sobre isso, o que é uso consolidado, como você discute prioridade de uso sem desconsiderar a figura do uso consolidado, você pode priorizar dali para frente onde o Comitê decide, mas regredir em relação a usos que já estão outorgados e consolidados na bacia é alguma coisa sobre a qual nós merecemos refletir. Então, em minha opinião, há espaço para um amadurecimento sem nenhum tipo de prejuízo concreto sobre o Comitê do Paranaíba, porque isso não terá consequências imediatas, não haverá nenhuma eliminação de usuários da bacia, isso não vai acontecer dessa maneira, e nem espero que aconteça ao longo do tempo. Então, eu gostaria de propor de que nós fizéssemos uma inversão em relação a uma moção, porque a moção do jeito que está, ela deixa para nunca, não sabemos quando vamos fazer, uma discussão dessa natureza. Então, em minha opinião, nós poderíamos aqui fazer uma modificação ou um arranjo nessa moção para que ela envie em caráter de urgência para as Câmaras Técnicas necessárias, não será, só uma, para análise em urgência desse conceito de prioridades de usos, que está na Lei, e que tem, em minha opinião, de ser definida dentro dos planos de bacia, e trazê-lo, ainda se possível, no primeiro semestre de 2017, para que nós possamos refletir o quanto amadurecemos ou não para que isso seja implantado segundo o entendimento comum, porque senão o comitê A interpreta o uso prioritário de um jeito, comitê B de outro, e isso não vai nos ajudar, efetivamente. Então, a proposta que eu apresentaria era de conhecer o mérito da moção, mas transmitir, remetê-la para dentro do Conselho Nacional, para uma análise de natureza de urgência, e trazer aqui novamente para uma avaliação sobre os conceitos, o que se evoluiu ainda no primeiro semestre de 2017.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Eu agradeço a manifestação do Conselheiro Vicente, e eu informo ao Plenário, só para reforçar que realmente vai ser submetido a análise das câmaras técnicas, porque nós já percebemos um ofício do Ministério do Meio Ambiente nesse sentido. Então, de Minas e Energia, desculpe, e nós vamos submetê-lo às outras Câmaras Técnicas. Conselheiro Willy, por favor, com a palavra.

O SR. WILLY ORTIZ DE OLIVEIRA (FONASC.CBH) – Bom dia a mesa, os colegas conselheiros, eu gostaria em nome da representação de entidades de comitês de bacia endossar as falas a partir da colega Patrícia e das duas seguintes a ela. Acrescentamos o seguinte, que cria um precedente, frustra os comitês de bacia que estão trabalhando dentro dessa ótica no momento, geram precedentes futuros, e isso já é o suficiente. Obrigado.

A SR^a. MARIA APARECIDA BORGES PIMENTEL VARGAS (Energisa Soluções S.A)

– Representante do setor de eletricidade aqui nesse Conselho. Eu acho que, na verdade, se nós pararmos para pensar, a Patrícia e o Vicente estão falando quase que a mesma coisa de formas diferentes. O fim é praticamente o mesmo, eu acho que a angústia de todos é a mesma. Eu não queria deixar de colocar aqui, nós acabamos de viver uma situação bem próxima a isso o Paraíba do Sul, com a escassez hídrica, onde nós definimos, está uma resolução entrando em vigor agora, de um acordo, de um pacto de novas regras de operação dentro da bacia. Claro que ela foi estimulada por questão de abastecimento humano, mas uma das coisas que eu sempre discuti, Vicente, que na carona do abastecimento, acabou que o setor elétrico veio tendo que atender a indústria, o saneamento para lançamento, e não só para abastecimento. Então, são essas angústias que eu venho colocando isso, eu tenho sido quase que uma voz solitária dentro do Comitê na hora de fazer essa discussão. Eu acho que são essas questões que nós temos que colocar na mesa, porque como você disse, são usos que já estão postos na bacia e que de repente ele tem que mudar outorga, nós não estamos falando nem só de prioridade de uso, estamos falando de prioridade de outorga, então, eu acho que é emergente que discutamos isso. Nós estamos em pleno momento de revisão do plano, mas sem você ter um regramento, alguma coisa de uma legislação superior que também te direcione e te ajude a discutir isso no plano fica difícil. Eu acho que está mais do que na hora de regulamentarmos essa questão no âmbito do Conselho Nacional, não sei se já está na hora de discutir, nós não podemos também penalizar o Comitê, mas eu CEIVAP, até em questão de cobrança do setor elétrico, nós achamos um caminho para isso no Conselho Nacional, que talvez ajude a vocês também, você pode até aprovar, mas dar o prazo para implementação até que os órgãos superiores se regulamentem, regularizem, e, assim, nós fizemos e assim vem funcionando, como o Vicente pediu um prazo do primeiro semestre, quando você vê, a hora que for começar a ter que discutir isso já chegou, quando vemos dentro do Comitê, isso passa muito rápido, talvez isso para nós, deu certo, e realmente é uma angústia, nós tivemos a ANA abrindo mão do poder discricionário dela de definir a questão de outorga e de regulação fazendo uma resolução conjunta com os três estados na bacia, e isso também é ineditismo, hoje a ANA não define isso sozinha, e mais do que isso, isso tudo foi definido dentro do Comitê, a ANA não emitiu nenhuma Resolução antes que isso não fosse exaustivamente discutido dentro do Comitê e encaminhado o parecer para ela, eu acho que é isso que estamos precisando, fiz questão de estar divulgando isso, porque eu acho que é isso que precisamos que os comitês façam, e até cobrem também da ANA, porque nós conseguimos isso sem precisar cobrar, foi com argumentação, conseguimos um grande pacto, todos os usuários sentaram, negociaram, e não saiu nenhuma proposta de dentro do Comitê enquanto todos esses usuários sentaram, se manifestaram e se sentiram cada um abrindo mão um pouco, claro, nós não tivemos totalmente um em detrimento do outro, cada um abriu mão um pouquinho, principalmente porque nós estamos em um momento de crise, mas nós conseguimos que saísse consensuado entre os usuários, e a ANA obedeceu *ipsis litteris* tudo que encaminhamos pelo CEIVAP para que ela publicasse em Resolução. Eu acho que esse pode ser um caminho interessante, e conto com o Conselho Nacional para poder regulamentar essa questão.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Agradeço à conselheira. Tem mais uma conselheira que está se inscrevendo, e eu gostaria de ao ouvi-la e declarar encerradas as inscrições para a discussão. Convido agora a conselheira Jussara.

A SRª. JUSSARA CRUZ (Presidente da CTPNRH) – Eu fiquei com uma dúvida na proposta do Vicente, eu entendo, o meu ponto de vista é que essa discussão ela é extremamente importante de ser amadurecida, têm casos e casos, e uma urgência dessa para ser votada aqui no Conselho Nacional precisa passar pelas Câmaras Técnicas, precisa ter um amadurecimento grande, esse é o meu ponto de vista, então eu entendo que o recebimento da matéria poderia ser na próxima reunião ou já ser encaminhado direto para um... Delegado para uma Câmara Técnica, para que isso seja analisado com toda a profundidade que merece, porque o País é muito distinto, são muitas as diversidades de situações. E esse é o meu ponto de vista.

O SR. JULIO THADEU SILVA KETTELHUT (DRH/MMA) – Só para esclarecimento, para nós depois não termos confusão. O que nós estamos votando agora, discutindo, é a admissibilidade do pedido que entrou aqui da moção, se não for aceita a admissibilidade, ele automaticamente entra, a moção entra na próxima reunião do Conselho, se não for aceita a admissibilidade, se nós queremos discutir mudanças na Resolução, ou recusar a Resolução, nós temos que primeiro admitir a admissibilidade, e depois ela volta para a discussão, e nessa discussão, aí muda, recusa daí, quer dizer, agora o fato de votar não a Resolução, a proposta significa que, a moção, significa que ela vai voltar automaticamente sem mudança na próxima reunião. Só para esclarecer isso, eu estou vendo que estão havendo muitas propostas de alteração da moção, e isso se daria no próximo momento quando nós formos discutir todos os regimes de urgência, agora só admissibilidade, para que haja essa discussão.

A SRª. JORDANA GABRIEL SARA (FAEG) – Só para complementar o que vários colegas já colocaram, a própria Patrícia citou a irrigação, depois o Bento, presidente do Paranaíba falou, nós vimos que é uma coisa que está sendo discutida nesse Comitê. Só para deixar claro para todos os conselheiros, assim como a conselheira de hidroeletricidade colocou, que foi discutido muitos anos, isso está sendo discutido dentro do Paranaíba pelo menos desde 2013. Então, assim, isso já está dentro do Comitê muito bem discutido, onde todos os entes foram e participaram inclusive o poder público, e todas as partes de usuários envolvidos também. Então, nós fizemos exatamente igual ela colocou para ser feito, então isso tudo já foi muito bem amadurecido dentro do Comitê, e realmente um pedido desse, nós vemos que não tem como diretrizes de priorização no sentido de se priorizar como um todo, isso é particular de cada Comitê, e eu diria até mais, se você pegar o Comitê do Paranaíba, isso é particular de uma bacia dentro do Paranaíba, é uma coisa bem focada e bem regional, e que tem que sim ser discutida dentro do Comitê.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Ok. As inscrições estão encerradas com a conselheira Jordana, conforme declarado. Então, eu pedirei, por favor.

O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME) – Eu queria fazer uma intervenção final, que a intenção, de jeito nenhum, é enfraquecer o Comitê de Bacia, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ele deve visar principalmente segurança jurídica e estabilidade regulatória, nós não podemos perder isso de vista em nenhum momento, é claro que têm que ser consideradas as características locais, mas as prioridades nacionais também não podem ser esquecidas. O uso da hidroeletricidade, por exemplo, ele tem que ser respaldado pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos, as prioridades para outorga de direito de uso de recursos hídricos estão definidas no Plano Nacional de Recursos Hídricos? Como as prioridades para a outorga do plano nacional conversam com os planos estaduais de recursos hídricos e com os planos de bacia? Será que os comitês de bacia têm realmente a caneta de alterar, inclusive direcionamentos de economia de um estado inteiro? São questões que geram dúvidas. O Conselho Nacional de Recursos Hídricos precisa se debruçar sobre o tema, e por isso o Ministério de Minas e Energia, esclarecendo e ratificando mais uma vez, já encaminhou ao Conselho Nacional de

Recursos Hídricos um pedido para que esse tema seja encarado pelas câmaras técnicas, as diversas câmaras técnicas em regime de urgência e o mais rápido possível. Mas a sinalização política que esse tema está sendo encarado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e que precisa de cautela na aplicabilidade dele é importantíssima. Então, eu gostaria, por fim, de solicitar o apoio, mais uma vez, dos conselheiros do CNRH, para encarar esse tema realmente com prioridade e enxergando a urgência que ele realmente precisa. Agradeço.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Após as manifestações do Plenário, coloco em votação a admissibilidade do pedido. Solicito aos senhores Conselheiros que aprovam que levantem o crachá, por favor. Mantenham levantados para que possamos proceder à contagem. 24 dos senhores conselheiros votaram a favor. Por favor, os conselheiros que se manifestam contrários. 14 conselheiros contrários. Por favor, os que se abstém? Três abstenções. Então, a matéria foi aprovada. O requerimento de urgência, agora vai entrar em debate. Aprovadas as admissibilidades, pergunto se há solicitação de inversão de pauta ou de retirada de matéria de pauta. Reitero: algum pedido de inversão de pauta?

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Podemos dar segmento de quem vai ser candidato, enquanto os dois conversam podemos seguir com a pauta? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Proposta de moção que recomenda aos comitês de bacia hidrográficas que suspendam as atividades relativas a definição, a deliberação ou aplicação e priorização para outorga de direitos de uso de recursos hídricos até que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabeleça diretrizes para o tema, conforme Inciso VIII, Art. 7º, da Lei 9.433 de 97, quanto ao conteúdo mínimo dos planos de recursos hídricos. Convido o representante de Minas e Energia, o Conselheiro Igor para apresentar a proposta de moção.

O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME) – Bom dia, novamente. Dada a votação apertada, eu caso melhor seguir todos os considerados e a proposta final, não é isso? Então, vamos lá. Considerando as competências específicas atribuídas ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Art. 35 da Lei 9.433 de 97, postas no Inciso VI, que determina ao Conselho estabelecer diretrizes complementares para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Inciso X: estabelecer critérios gerais para outorga de direito de uso de recursos hídricos e para a cobrança por seu uso, considerando que na referida Lei, em seu Art. 7º sobre conteúdo mínimo dos planos de recursos hídricos, sejam esses nacional, estaduais ou de bacias, em seu Inciso VIII determina que devam conter prioridades para outorga de direitos de uso de recursos hídricos, e ainda sobre esse mesmo tema, ao regulamentar a outorga em seu Art. 13 determina que toda outorga estará condicionada as prioridades de uso estabelecidas nos planos de recursos hídricos, considerando que estão sendo definidos no âmbito de comitês de bacias hidrográficas critérios para priorização de outorga de direito de uso de recursos hídricos na forma de deliberações isoladas dos respectivos plenos de bacia, e também desconsiderando a necessidade de otimização dos diversos usos, que é fundamento da política nacional de gerenciamento de recursos hídricos voltada para a garantia dos usos múltiplos, considerando que o entendimento e as deliberações de priorização para outorga de direito de uso de recursos hídricos devam ser consoantes com o Plano Nacional de Recursos Hídricos, o que é fundamental para a adequada consideração dos usos cujo benefícios se dão preponderante em escala nacional, considerando que a definição e os mecanismos de aplicação de prioridade para outorga de direito de uso de recursos hídricos tem gerado interpretações não uniformes, podendo causar impactos relevantes na implementação de toda a política de gerenciamento de recursos hídricos e, inclusive com inviabilidade de empreendimentos já existentes e perda de estabilidade regulatória e da segurança jurídica da infraestrutura hídrica, recomenda aos comitês de bacias hidrográficas que suspendam as atividades relativas a definição, deliberação ou

aplicação de priorização para a outorga de direitos de uso de recursos hídricos até que o CNRH se manifeste por meio de deliberação específica e com brevidade, de acordo com as suas competências e estabeleça diretrizes para o tema. Não obstante a essa proposta de moção, ratifico novamente que o Ministério de Minas e Energia já mandou o ofício ao CNRH solicitando que isso seja tema da pauta das Câmaras Técnicas, com a celeridade que se faz necessária, e, aqui, mais uma vez, eu peço a colaboração de todos no sentido de que haja uma convergência para o encaminhamento, e levante esse tema no sentido de dar cautela, de solicitar cautela aos comitês de bacia ao implementar esse tipo de conteúdo mínimo dos planos de forma a compatibilizar tanto prioridades nacionais, locais e estaduais, sem que haja uma instigação no sentido de conflito de usuários, que uma aplicação errada, e errada não existe, uma aplicação que não seja a melhor possível pode gerar, pode incitar conflitos entre usuário, e isso é uma coisa que deve ser evitada ao máximo. A própria UCDE, num relatório chamado governança de recursos hídricos já levantou o tema da prioridade para a outorga de direito de recursos hídricos, e colocou lá explicitamente que deve ser realmente uma questão encarada com a maior seriedade possível, de forma a evitar esses conflitos em diversos níveis e dadas as múltiplas dominialidades do recurso hídrico.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Ok, em discussão a matéria, os conselheiros que desejam se inscrever, lembrando que devem se ater ao tempo de três minutos. Companheiro Ivo.

O SR. IVO MELO (IRGA) – Então, novamente, eu vou usar, nós estávamos, mais ou menos, errado, era para não aprovar antes. Então, eu vou usar quase o mesmo argumento, mas só para reiterar que como entusiasta do sistema de gestão descentralizada de recursos hídricos, eu entendo que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos não deveria fazer uma recomendação desse porte aos comitês, considerando inclusive que nós temos comitês no Rio Grande do Sul, que já têm resoluções depois de plano de bacia rodado, e que tem inclusive já a proibição de novas PCHs, exatamente porque já foi discutido dentro do âmbito do Comitê, dentro do Plano de Bacia, e assim por diante. Então, eu vejo que nós não somos tão irresponsáveis assim como parece que estão colocando isso aí, do jeito que está sendo colocado parece que tem uma irresponsabilidade de estar só puxando a brasa para um assado ou para outro, e nós entendemos que as diretrizes que estão sendo, e o amadurecimento que nós temos tido nos últimos anos, nas várias instâncias de gestão, tanto a nível Federal, quanto o Conselho Nacional, Conselhos Estaduais, os comitês de bacia estaduais, os federais, não é o caso do Rio Grande do Sul, mas nós temos já participado de várias dessas, nós entendemos que já tem maturidade suficiente para não ser tão irresponsável como você está colocando, porque parece que nós somos irresponsáveis de não pensar o Brasil como um todo, a região como um todo e ver que existem prioridades. Até onde eu saiba, todos os nossos planos no Rio Grande do Sul ainda em andamento, todos os planos de bacia de rios estaduais, eles levam em conta todo o planejamento de outros setores, inclusive o setor de energia, o setor de hidroeletricidade, não estamos sendo assim tão, parece, do jeito que está colocado, tão infantis e tão sem levar em conta a responsabilidades que é fazer gestão descentralizada e participativa em um Comitê de Bacia. Então, nós somos contra a aprovação dessa moção, mas entendemos que sim, como tudo que já se colocou, ela deve alguma coisa nesse sentido, diretrizes, de conversar, internalizar o tema dentro do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nas Câmaras Técnicas que têm esse mandato para isso, sim, vamos lá, vamos trabalhar, vamos conversar, porque assim é o sistema, o sistema é de conversar, ele é de discutir, é de debater e tirar aquele impacto, nós estivemos lá em Rezende, nós sabemos bem o que estávamos falando, estivemos lá para aprender um pouco com a GVAP, a semana passada, dois dias lá aprendendo, foi citado que o que você colocou agora há pouco. Então, nós temos que aprender com isso, nós não podemos é deixar que tudo aquilo que nós aprendemos até hoje, que tudo aquilo que nós acreditamos vá por água abaixo

agora, porque simplesmente vem de cima alguém dizer que nós não podemos mais discutir isso, que está pedindo para não discutir.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Eu agradeço ao Conselheiro. Conselheiro Vicente com a palavra.

O SR. VICENTE ANDREU (ANA) – Os argumentos já foram apresentados na discussão de mérito, eu só queria começar pelo fim, eu gostaria que o brevidade aí fossem seis meses para retornar ao Plenário, eu acho que isso, para mim, é importante, mesmo que seja para as comissões informarem em que nível estão. O meu entendimento, e acho que vários falaram sobre isso, e, às vezes, nós aproximamos desiguais, é possível que alguém não queira que se decida sobre isso? É possível. Qual é o meu entendimento, o nosso entendimento a respeito disso? Os planos devem conter prioridade de uso? Sim. Essas prioridades são diferentes em cada bacia? Sim. Ele decide com que critérios essa definição? Aí, entra a dúvida que eu tenho, os usos consolidados, os impactos que foram, se são nacionais ou não, por exemplo, só para citar o caso em tela, que é usina de batalha, para tratar desse tema, a minha opinião, se eu estivesse nisso... Ele entra por uso consolidado? Entra, porque a usina está lá, tem uma outorga, tudo direitinho para funcionamento e tudo mais. Ele é relevante do ponto de vista nacional e impacto de uma usina de 50 megawatts? Não. Então, você tem... Então, o que eu vejo é que nós estaríamos remetendo para a discussão, claro que quando você abre a discussão pode, inclusive entrar a discussão de que os planos não definem maios os usos prioritários, eu quero dizer que nós somos contrários a isso, nós entendemos que os planos devem decidir usos prioritários, mas nós precisamos ter pelo menos alguns critérios em comum para tomar uma decisão com maior segurança, não se trata de desmerecer as decisões que já foram feitas, e em minha opinião, eu concordo com você, Ivo, o argumento de que não podemos trabalhar com a priorização em uso, eu acho isso um equívoco, porque eu volto a dizer, nós lidamos com esse problema cotidianamente. Na emissão da outorga menos, porque aí você vai olhar a disponibilidade hídrica da bacia, mas esse indicativo é fundamental em situações de crise, porque se nós não tivermos uma priorização de usos definidos pelo Comitê de Bacia, em uma situação de crise, seja ela eventual ou seja ela permanente, quais são os critérios que o órgão gestor do recursos hídricos utilizará para locação de água nessa bacia? Ele precisará ter essa orientação por parte dos comitês. Vou adiante companheiros, o Comitê conseguirá definir na crise como aloca água? Em minha opinião, eu vou ser franco com vocês, não, mas ele consegue de antemão definir quais são as prioridades. Porque ele não consegue definir na crise? Porque na crise, não dá para decidir a alocação de água em crise por voto, não dá para decidir por voto, nós vivemos isso cotidianamente, vai para votação, você decide lá num comitê por seis a cinco, tomou alguma decisão, seis a cinco, qualquer que seja? Explode o Comitê no dia seguinte. Agora, as diretrizes que os órgãos gestores de recursos hídricos precisam tomar, elas precisam estar para o fortalecimento do sistema contido no plano, mas nós precisamos ter o entendimento mínimo de como se define prioridades. Eu volto a dizer, os usos consolidados devem ou não devem ser considerados? O impacto nacional de uma decisão de um Comitê de Bacia, porque senão nós vamos transformar Comitê de Bacia em unidade administrativa, e Comitê de Bacia não é unidade administrativa, nós devemos olhar sempre para a nação brasileira, para todo o território. Então, o impacto nacional de uma decisão deve ser considerada, em minha opinião, se eu estivesse discutindo os critérios, sim, deve ser considerado. Em que medida isso vale? Para Itaipu vale, para Belo Monte vale, para a usina do macaco vale, são questões que nós nunca nos aprofundamos, e deixarmos de nos aprofundar vai levar a um nível de eventuais disparidades que não contribuirão para o fortalecimento. Então, nós somos favoráveis, a moção, inclusive tem lá, não sei se é moção, se é comunicado, a questão formação, eu acho que tem o seu mérito, tem que reenviar para as comissões e, nós temos que trazer aqui, pelo menos por uns 30 minutos, para que as comissões indiquem, se possível, as suas conclusões, mas pelo menos quais são os elementos que

eles estão aprofundando para definição dos critérios de definição de usos prioritários nos planos de recursos hídricos, que vai se refletir na outorga, vai se refletir na locação de água, seja em condições normais, seja especialmente em situações de crise.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Agradeço ao Conselheiro Vicente. Conselheiro Paulo.

O SR. PAULO HENRIQUE SIQUEIRA ISOBE (MPOG) – Muito bom dia. Só para esclarecer, nós concordamos com a discussão desse assunto nas Câmaras Técnicas, e isso de forma alguma indicar alguma admissibilidade quanto ao conteúdo propriamente dito da moção como está, acho que essa discussão ela é importante até para que possa subsidiar a elaboração de planos de contingência, e em situação de escassez, como disse o Vicente, é muito importante ter algum arcabouço técnico preparado para isso. Então, somos favoráveis a discussão em Câmara Técnica, e não ao contudo, deixar isso bem claro.

A SR^a. JORDANA GABRIEL SARA (FAEG) – Só para fazer coro também, eu acho que a forma que o texto está posta vai contra tudo que nós estamos colocando aqui e discutindo, se pudesse subir um pouco o texto, bem onde explica a paralização de discussão de priorização, eu acho que isso, a suspensão dentro de discussão, e isso em qualquer âmbito, eu acho que isso não tem como, não tem como isso acontecer, porque vai contra a finalidade do Comitê. Do meu ponto de vista, como participante e membro do Comitê do Paranaíba, que eu vejo que o motivo dessa moção especificamente é para isso, é para o Paranaíba, porque isso vai em votação na próxima reunião de Plenária, que é dia 14. Então, eu vejo isso como uma tentativa de parar a discussão que vem desde 2009, na região de fato, e desde 2013 dentro do Paranaíba. Então, eu entendo também que essa moção, como o contudo é divergente, ele não deve ser discutido, e também porque nós não vamos conseguir fazer uma moção, refazer, enfim, eu acho que tem que ser levado sim para a Câmara, mas sem a votação do mérito, porque a essência não vai de acordo aqui com o que a maioria aqui está colocando.

SR. CARLOS ALENCASTE (CBHS) – Bom dia a todos. Eu quero concordar com o Ivo, eu acho que está certo, com o Vicente também, em parte do que está colocando, eu acho que essa moção não deve recomendar isso que está sendo colocado, parar o mundo que eu quero descer, os comitês pararem a discussão, concordando com você também, nessa questão, quer dizer, os comitês têm a sua vida própria, vão discutir, e etc., lógico que o tema é de relevante, tem que ser discutido aqui no Conselho, e, aí, sim, as recomendações saírem do Conselho. Não uma moção que pare o Comitê nas duas discussões no seu dia-a-dia, isso não tem cabimento, isso vai contra, como já foi falado aqui, como foi concebido o sistema, o sistema foi feito para que os comitês discutam as coisas, ter medo de conflito, conflito é para ser resolvido dentro do Comitê, nós não podemos ter medo de conflito, temos que discutir isso lá mesmo. E as questões, as particularidades da cada Comitê, de cada bacia tem que ser discutidas lá na base, e as diretrizes gerais aqui no Conselho. Essa é a minha visão. Muito obrigado.

O SR. LINEU NEIVA RODRIGUES (MAPA) – Bom dia a todos. Eu queria colocar aqui o nosso parecer contrário a moção por algumas razões, mas eu acho que a principal delas, ninguém é contra a discussão e estabelecimento de critérios para prioridade, isso é fundamental, mas faz parte dos comitês, e isso já cotidianamente, discutir essas atividades, tentar autorizar e debater, eu acho um ponto fundamental você trazer uma moção dessa do Conselho, é criar um mal-estar desnecessário com os comitês, eu acho que isso nós temos que pensar, nós temos uma responsabilidade também de levar as coisas de uma forma mais organizada, mais organizada para os comitês. Então, temos que organizar as coisas aqui primeiro. Então, nós, aqui do Ministério, concordando que

a matéria deve ser enviada para as Câmaras Técnicas para discutir lá, para debater e trazer com a brevidade possível que a matéria exige. Obrigado.

A SR^a. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG) – Bom, primeiramente, nós precisamos colocar bem as coisas, porque na fala uma coisa fica misturada com a outra. Priorização para a outorga, é como está na Lei, priorização para a outorga, como conteúdo de um plano, conteúdo mínimo de plano. Então, não estamos falando em nenhum momento de priorização de uso, Rio das Velhas é diferente de Velhas do Rio, me desculpe, completamente. Nós estamos falando de priorização para outorga como conteúdo mínimo de um plano e, inclusive o Plano Nacional de Recursos Hídricos. Alguém imagina que esse Conselho vai num Plano Nacional de Recurso Hídricos dizer que esse (...) é primeiro, depois esse e depois aquele nacionalmente? Ninguém imagina uma coisa dessa. Por óbvio, priorização para outorga, como conteúdo mínimo de um plano não é priorização de uso, são coisas completamente diferentes. E o que a moção diz é Conselho, me diga o que é priorização para outorga, por favor? Porque tem um Art. 13 lá na frente que diz que é prioridade dos usos conforme definido no Plano. Então, você imagina o que o Art. 6 pediu que é priorização para outorga, e não priorização de uso. Então, há uma confusão conceitual. Não estou certa? A deliberação que hierarquiza que indica primeiro esse e primeiro aquele também não está certa. Então, nós precisamos de um encaminhamento. E nada disso diminui o Comitê, o Comitê não pode decidir sobre cobrança sem observar uma resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos sobre cobrança, o Comitê e órgãos gestores não podem decidir sobre a outorga sem observar o que está escrito sobre outorga, se não é o caos. Nós temos bacias compartilhadas, rios de Estados, rios de domínio da União, Comitê de Estado começando com o Comitê de domínio da União, e se cada um pensar de um jeito e pensar de um jeito, nós vamos fazer gestão de recursos hídricos na nação de que forma? Então, não confundam as coisas. Está se pedindo para suspender a definição, ninguém falou em suspender a discussão aqui, leia. A palavra discussão está escrita ali? Suspender a definição, uma deliberação que diga que prioridade para outorga é igual a hierarquização de uso, é isso que aquela Resolução está posta, é não deixar que peça definição se consagre, porque dessa forma, e, aí, não é referente ao Comitê Paranaíba, o que mais nos alertou, porque tem um comitê, vou declinar aqui de dizer o nome, porque a proposta ainda não foi aprovada, mas ainda está em discussão, para dizer que não é prioritário uso para hidrelétrica, inverter, porque se eu posso dizer o que é prioritário, o que vem primeiro, eu posso dizer o que vem em último. Então, eu estou usando o mesmo artifício conceitual para dizer que na bacia não é prioridade de uso hidrelétrico, mesmo artifício conceitual. Então, essa é uma questão. Outra questão é achar, e, aí, eu vou falar aqui que nós estamos tirando poder de Comitê, eu sou a primeira a dizer se o Conselho Nacional de Recursos Hídricos falar que prioridade para outorga é igual prioridade de uso, a dizer que quem tem que definir isso é o Comitê, aí não tenha dúvida, se entenderem que prioridade para outorga é igual prioridade de uso, só pode ser alguém da bacia que tem que decidir isso, é claro que não vai ser decidido aqui. Como vai fazer isso no Plano Nacional, eu não sei, mas se chegarem a essa conclusão, é essa a questão, é claro que é o local que vai ter que decidir, não tenha dúvida nenhuma. Então, a questão é conceitual, o que é prioridade para outorga de direito de recursos hídricos? Ninguém aqui tem definição para isso, e dizer que é hierarquização de uso, me desculpe, como vamos fazer isso para o Brasil, torno a perguntar. Em segundo lugar, eu acho que o Comitê de Bacia é o local de decisão de conflitos sim, com consenso, achar que um Comitê teve vitória tendo um grupo saindo perdedor, me desculpe, o comitê tem vitória, como no CEIVAP teve, quando todos saem com os seus compromissos e ganhadores, achar que o comitê é vitorioso porque vai sair um usuário triste, se sentindo desprestigiado, me perdoe, esse comitê fracassou.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Dando prosseguimento, eu convido o conselheiro Alexandre. Reitero, que por gentileza se atenham ao tempo de três minutos, por favor. Conselheiro Alexandre é o último orador inscrito.

O SR. BENTO GODOY (Presidente do CBH Paranaíba) – Agradeço ao Dr. Alexandre. Eu gostaria apenas de ressaltar aqui, mais uma vez, que a prioridade é para outorga e para usos, conforme artigos diferentes da própria Lei, da 9433, ela traz as duas expressões delegadas aos planos de recursos hídricos, os planos, eu concordo com a Conselheira Patrícia, que em nível nacional é bem complicado de se fazer isso, é impossível na verdade, mas a nível de bacias, de trechos de bacias, como está sendo conduzido dentro do Paranaíba, eu vejo o Comitê bem cumpridor da sua função, tanto é que gostaria de trazer também a informação de que estaria, foram realizadas audiências públicas ao longo de toda a bacia, da área envolvida, e com o envolvimento da população como um todo. E, o consenso, na melhor das hipóteses, ele é sempre bem-vindo, sempre tentado, o Comitê é o lugar sim de se ter esses embates e debates, que é o que foi feito, está sendo feito desde dois mil e alguns anos, há alguns anos, há dois, três anos, até quatro anos, dentro do Comitê do Paranaíba, essa questão do São Marcos está sendo debatida lá dentro. Agora, eu creio e acredito muito que isso é uma questão do Comitê, dos comitês em si, da maturidade, como eles vão atingindo, e não vejo o Comitê como fracassado, de forma alguma. Agradeço, e eu acho que esse é um assunto muito sério, e tem que ser debatido sim, em uma Câmara Técnica, ou várias Câmaras Técnicas, para se aprofundarem e realmente termos algo que é muito distinto para um País tão multidimensional como é o nosso universo de Brasil aqui. Muito obrigado.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – A mesa havia se equivocado, porque não havia registrado o pedido do conselheiro Leonardo, a quem eu passo a palavra.

O SR. LEONARDO SAMPAIO COSTA (CERH-MS) – É o seguinte, no meu entendimento, quando falamos em priorização de uso, a Lei já é clara, ela já prioriza dois usos, por mais que seja em escassez ou não, mas prioriza dois usos, o que nós estamos conversando aqui agora é priorização de uso para outorga, não para uso, pelo menos no meu pequeno entendimento, a Lei já priorizou já. Outro ponto que eu preciso colocar é que eu também concordo que tem que ir para a Câmara Técnica, eu acho que tem que ter uma normativa para o Conselho Nacional, para determinar algumas regras gerais, mas também concordo aqui com a maioria que falou que a recomendação para suspender as atividades, eu acho que nós já estamos passando dos limites da competência do Conselho, eu acho que se mudasse até um pouco a redação depois do recomenda, se recomendasse cautela, recomendasse uma maior discussão, ainda vai, mas recomendar suspender as atividades, aí também eu já acho muito, porque realmente a competência do Comitê está sendo diminuída, até mesmo expurgada, se pedir para suspender essas atividades, e só colocar aqui que eu também, eu participo da reunião do Comitê do Paranaíba, e a princípio houveram reuniões, o Plano já falava em priorização de uso, priorização de outorga para aquela região. Então, eu acho que suspender, eu acho que é uma palavra muito forte, eu acho que nós temos que ter cautela na definição, mas a suspensão, como está na moção, eu achei muito forte.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Ok. Encerradas as inscrições. Eu passo ao conselheiro Igor, como autor para que se manifeste.

O SR. IGOR SOUZA RIBEIRO (MME) – Eu queria levantar uma questão mais administrativa, primeiro que a moção não é uma determinação, é uma sugestão ao levantamento do tema para que os comitês de bacia fiquem atentos que o tema está sendo tratado no Conselho Nacional de Recursos Hídricos. A questão das câmaras técnicas, é (...) entre nós que precisa realmente ser tratado, o Ministério já mandou ofício

solicitando isso, não caber entrar isso na moção. Também visando uma convergência, que eu acho que é esse que é o principal, eu concordo que o termo suspenda pode ser substituído, pode ser aos comitês de bacia hidrográfica que acompanha as deliberações referentes a priorização para outorga em andamento no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para que não fique uma questão desassociada do Conselho Nacional. A intenção principal dessa moção é que os comitês de bacia não ajam independentemente, não sigam instruções unilaterais em termos de comitê sem uma convergência em termo nacional. Então, estamos abertos a mudança, e a intenção é justamente que nós convirjamos para uma solução, a melhor possível.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Encerrada a discussão. Vamos submeter ao Plenário colocando em votação a proposta de moção. Primeiramente... Pois não, questão de ordem.

A SRª. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG) – O proponente aceita a mudança na redação, então o que será votado não é o que está em tela, mas é a mudança. Então, é preciso que a mudança vá para a tela.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – O nosso entendimento é o de que primeiro nós vamos colocar em votação a proposta de moção, se ela for rejeitada acabou, se ela for aprovada, nós, aí, sim, vamos passar para a alteração.

A SRª. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG) – Dependendo do conteúdo, ela pode ser aceita, dependendo do conteúdo não. Então, a primeira coisa que tem que fazer é a emenda com o próprio proponente propondo essa emenda, ele que é o autor da matéria, ele faz uma emenda, não é essa mais que está em votação, e sim a que ele vai propor. Não, a Câmara já vai. A Câmara já vai.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Coloco o novo texto de que nós iremos submeter novamente a discussão do Plenário.

O SR. VICENTE ANDREU (ANA) – Na tentativa de esforço, tentando respeitar eu acho que todas as observações, nós temos uma certa duplicidade de instrumentos, uma vez que o Ministério de Minas e Energia informa que encaminhou um ofício do qual nós não temos conhecimento, mas que damos total credibilidade a ele, é claro, de que está solicitando a discussão desse tema nas Câmaras Técnicas, e eu gostaria de propor os seis meses para retorno das discussões, se tiver uma conclusão ótimo, se não tiver, que se dê o informe aqui de qual é o nível das discussões. Aí, o que nós temos tratar efetivamente é da moção, e a moção, evidentemente, da maneira como está escrita, eu estou aqui com os meus companheiros, servidores da ANA também, tem uma série de desconfortos em relação a ela. Então, o que eu proporia, é que em minha opinião atende ao fato de termos uma discussão e atende ao fato de alguma orientação geral para os comitês de bacia. Então, a minha sugestão é independentemente dos recommends, que eu não li ali, só estou tratando da questão final, que ela recomende que os comitês observem a definição de diretrizes do CNRH para a concessão de outorga do direito de uso na respectiva bacia. Só isso, entendeu? Que, aí, ele tem que observar as diretrizes, e essas diretrizes não existem nesse momento, não desautoriza comitê nenhum de fazer a discussão e nem o que desejar, eu vou passar, e ao mesmo tempo, eu acho que atende aqui a posição do Ministério de Minas e Energia. E essa diretriz será fixada através daquela solicitação no prazo de seis meses, é isso, não vai desautorizar Comitê nenhum, não vai tirar a capacidade de comitê nenhum, vai resolver essa incongruência que a

conselheira Patrícia Boson está tendo, porque, Patrícia, com todo respeito, você vai criar, assim, não existe separação entre outorga de direito de uso e direito de uso, isso vai ser inevitável, em minha opinião, se não você vai ter uma resolução esquizofrênica, quando eu for tratar de outorga é uma coisa, quando eu for tratar de direito é outra, se chegará a conclusão que é a mesma coisa, mas os comitês poderão apresentar, fazer as suas discussões sobre qual a vocação, quais são as prioridades na bacia, que isso é absolutamente necessário para a gestão de recursos hídricos no Brasil, mas ele vai observar essas diretrizes que serão apresentadas, e que não gerarão conflitos, Patrícia, inclusive no próprio Plano Nacional, porque nós estaremos tratando de diretrizes gerais a serem observadas em cada bacia, a partir também respeitando as especificidade da bacia. Então, a sugestão de redação é mudar isso tudo para que os comitês observem as diretrizes definidas pelo CNRH para concessão de direito de uso na bacia, para priorização das outorgas de direito de uso na bacia. Isso. Servem as diretrizes para priorização, priorização, não é da outorga, é da definição, priorização, não. Está bom. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Não é isso. Observem as diretrizes definidas pelo CNRH para a definição de prioridades, para a definição de prioridades de uso na bacia.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Me permita aqui, Jair, olha, enquanto digita, o que está em jogo aqui não é mais a moção original, ela não existe mais, o que existe é uma moção que está sendo emendada, construída agora. Então, vai ter que ser feita uma votação de que sim ou não em cima desta que está sendo mexida, e não da original. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Os conselheiros e conselheiras estão pedindo as suas inserções ou retiradas. Está certo? *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Pode ser colocado inserções e retiradas, porque sempre vai ser rejeita ou o que está, ou o que estiver em tela, sempre vai ser rejeita o que estiver em tela. Então, agora, já que tem isso, os conselheiros e conselheiras podem fazer emendas ao que está sendo proposto. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Então, vamos começar a passar desde a primeira linha da moção para que haja manifestação do Plenário, já que está tendo aí... A ideia inicial era essa, fazer primeiro, decidir o mérito, se ela deveria ou não ser aprovada, mas já que estão mexendo no impasse, nós temos que passar desde a primeira linha. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Era o certo.

A SR.^a NÃO IDENTIFICADA – A questão de ordem, eu acho o que seguinte, ninguém aqui é contra que isso seja discutido dentro da Câmara, agora o que eu acho que está totalmente desconfortável é que tem vários itens, a começar pela emenda lá em cima, que fala de propor, não sei o quê, Comitê, o que na verdade nós queremos é que o Conselho traga diretrizes de como aplicar prioridades escolhidas nos comitês, então está tudo ao contrário essa moção, nós vamos ficar inserindo um monte de coisas, sendo que já vai ser discutido em uma Câmara. Não é mais fácil: deixa do jeito que veio a moção para ser votada, e isso vai ser discutido dentro da Câmara, e a Câmara vai trazer o encaminhamento. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. A discussão está sendo feita, tem N divergências. Agora, nós vamos ficar aqui duas horas para discutir linha por linha, sendo que no entendimento, pelo menos do setor de irrigação, a essência da moção está trocada, nós queremos que o Conselho Nacional traga diretrizes, e não falar

para o Comitê: vocês podem só discutir, sendo que essa discussão, em muitos comitês já estão sendo finalizada.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Só para esclarecimento. Não ficar voltando o ofício, o ofício já chegou, já foi protocolado, já está encaminhado internamente, e irá para as Câmaras Técnicas, que é um pedido de um conselheiro do Ministério das Minas e Energia, isso é fato, já chegou no Conselho, já está protocolado, o secretário já encaminhou, já está na mão da gerência, e vai ter tramitação, ponto, isso é fato, só para não ter dúvida, ele vai andar, esse fato já está concretizado.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Senhor secretário, uma coisa, nós respeitamos a sugestão do Vicente, do Conselheiro Vicente, mas vejam bem, uma moção que vai ser publicada hoje para diretrizes que não existem. Então, vamos deixar essa moção para depois, e ser mais bem elaborada, ninguém está discordando, estamos concordando que devemos ser bastante responsáveis e trabalhar em recomendações que contemplem todos, contemplem os usos múltiplos das águas. Então, eu acho que nós aprovamos agora dessa forma trocando uma que entrou de urgência, veio com um texto, já não é mais urgência, já estamos discutindo e tudo. Então, a nossa sugestão é que nós a deixemos para que ela vá para a Câmara Técnica competente, e depois volte, como disse o Vicente, depois das discussões que tiverem nas câmaras técnicas, voltem o mais rápido possível, para ser sim uma moção que faça, recomende aos comitês que observem as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – É questão de ordem?

A SR^a. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG) – Dizendo para o Conselho, isso óbvio ululante, é a mesma coisa que falar para um deputado respeitar a constituição brasileira antes de fazer... Não é isso. Eu acho que é colocar a moção da forma como proponente, e só ele pode modificar, e ele modificou, colocar em votação, quem quiser apoia, e quem não quiser não apoia.

O SR. JAIR VIEIRA TANNUS JÚNIOR (Secretário-executivo do CNRH) – Bom, eu queria sugerir o seguinte, vamos colocar em votação, necessita-se da aprovação dessa moção? Necessita-se da aprovação dessa moção, já que existe um ofício do Ministério tramitando nas Câmaras Técnicas, eu acho que devemos começar por aí? Necessita-se dessa moção? Vamos colocar então em votação, por gentileza, os conselheiros que acham que não necessita da moção levantem o braço. Não precisa da moção? Rejeitando a moção. Não cabe a moção. Por gentileza. 24 não. Quem é a favor da moção? 9 favoráveis. Abstenção? Nenhuma abstenção. Então, está rejeitada a moção